

Relatório de Atividades 2010



Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 188

Cep: 70.160-000 - Brasília-DF

Fones: (61) 3216-6551/6552/6553/6554/6555

Fax: (61) 3216-6560

e-mail: cdu.decom@camara.gov.br

Portal Eletrônico: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdu>



COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO



SUMÁRIO

	PAG
Apresentação da CDU	04
Mensagem do Presidente	05
Presidência da CDU	08
Membros Titulares	09
Membros Suplentes	10
Corpo Técnico	11
Quantidade das Atividades Administrativas e de Comunicação	12
Quantitativo de Produção Legislativa	12
Proposições – Designação de Relatores	12
Proposições Apreciadas	16
Projetos de Lei	16
Requerimentos	17
Anteprojeto	17
Proposições Prontas para Pauta	18
Proposições Aguardando Parecer	21
Proposições Aguardando Designação de Relator	23
Emendas Orçamentárias da Comissão	24
Emendas Orçamentárias Aprovadas ao PL 004/2010 – CN	24
Emendas da CDU à PLOA nº 59/2010 – CN	25
Reuniões de Audiência Pública	27
Seminários	29
Subcomissões	33
XI Conferência das Cidades	34
Programação da XI Conferência das Cidades	38
VI Concurso Público Selo Cidade Cidadã	40
Atividades de Assessoria de Imprensa	42
Participação da Sociedade	45
Considerações Finais	47

A CDU

Contribuindo para o desenvolvimento urbano do País

Criada pela Resolução nº 4, de 1985, e ratificada pelas Resoluções 25, de 1993, e 20 de 2004, a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados examina as proposições legislativas relacionadas ao desenvolvimento urbano no Brasil e suas matérias correlatas como uso, parcelamento e ocupação do solo das cidades; habitação e seu sistema financeiro; infraestrutura e saneamento ambiental; trânsito e transportes públicos urbanos e coleta de lixo e resíduos sólidos.

A extensão dos desafios lançados pelas cidades brasileiras recomendava a destinação de um órgão técnico exclusivamente dedicado a seu acompanhamento parlamentar. Ademais, a necessidade premente de estabelecer um canal de interlocução com a sociedade no que diz respeito às questões urbanas também reivindicava a criação de um colegiado específico dentro do Poder Legislativo. Com esse propósito foi criada a Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Nesses poucos anos de existência, a CDU teve participação decisiva para a aprovação de projetos de leis de alta relevância para o desenvolvimento urbano no País, a exemplo do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), do Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e do Marco Regulatório para os Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

As proposições que tramitam nesta Comissão trazem, sem dúvida, grande impacto à vida dos moradores das cidades, vez que cuidam de itens indispensáveis à qualidade de vida da população, tais como o direito à moradia digna; ao transporte público eficiente; ao saneamento básico; à ocupação ordenada do solo; à infraestrutura urbana e à mobilidade e acessibilidade.

E a CDU continuará trabalhando, de forma tenaz e incansável, para propiciar ao povo brasileiro leis de qualidade em relação ao campo temático em que atua. Assim, poderemos avançar cada vez mais na construção de cidades mais humanas, mais includentes e mais sustentáveis.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Durante a Sessão Legislativa de 2010, apesar das dificuldades impostas pelo calendário eleitoral, os trabalhos desempenhados por este Colegiado buscaram privilegiar uma agenda positiva, com destaque para temas de salutar importância à sociedade, que figuraram de forma prioritária na pauta de trabalhos da CDU ao longo do ano, conforme sobressai da leitura deste relatório.

Nesse sentido, vale realçar as temáticas eleitas para a XI edição da Conferência das Cidades e da VI edição do Concurso Público Selo Cidade Cidadã, quais sejam: O futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental e aspectos relacionados às políticas de enfrentamento de situações de risco no espaço urbano, que buscaram alertar a todos quanto a problemática envolvendo as constantes calamidades causadas pelas intempéries, que a cada ano castigam cidades e pessoas.

A eleição desses temas como prioritários refletiu a preocupação de todos os membros do Colegiado em despertar na sociedade a importância de conciliar o desenvolvimento e a ocupação dos espaços das cidades com a proteção ambiental e as vulnerabilidades locais. Buscou-se, ao longo de 2010, debater, de forma ampla, os problemas vivenciados por atores públicos e privados no enfrentamento das questões relacionadas à gestão ambiental do espaço urbano. Além disso, discutiu-se com especial atenção a sobreposição espacial de problemas e riscos socioambientais no caso brasileiro, bem como os impactos das vulnerabilidades socioambientais no desenvolvimento urbano.

Vale assinalar que o objetivo de essas temáticas terem figurado na ordem do dia da Comissão foi o de despertar em todos – legisladores, governos, população, imprensa e demais atores sociais – a premente necessidade de se adotar ações concretas que eliminem de vez os riscos socioambientais em diversas localidades do Brasil, notadamente aqueles que se concretizam quando do período de chuvas fortes no início de cada ano. Por parte da CDU, posso afirmar que o seu compromisso institucional é o de trabalhar incessantemente no âmbito do Poder Legislativo, contribuindo na busca de uma solução que ponha fim a essa chaga denominada “tragédias ocasionadas por intempéries”, que todos os anos ceifam milhares de vidas, destroem patrimônios e consomem milhões em recursos públicos.

Ainda dentro desse escopo, considero oportuno ressaltar que desde 2009 – preocupada com os gargalos que impedem o desenvolvimento urbano sustentável do País – a CDU vem destinando as emendas orçamentárias a que tem direito para áreas relacionadas à questão urbana (mobilidade, habitação, saneamento, gestão de resíduos sólidos e transporte) e, em especial, para atender projetos ligados à prevenção de calamidades ligadas aos rigores das variações climáticas e socorro às vítimas atingidas por desastres naturais, consoante se observa em tópico específico deste relatório, destinado às emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária de 2010.

Além da agenda habitual da CDU – formada por reuniões ordinárias e extraordinárias, audiências públicas, Conferência das Cidades, Selo Cidade Cidadã e outras atividades – procurou-se estreitar a relação com o Poder Executivo com vistas a otimizar a aplicação de recursos nos projetos que propiciem melhoria na qualidade de vida dos habit-

antes das cidades brasileiras, demonstrando, assim, o caráter democrático, social e desenvolvimentista desta Comissão. É emblemático, nesse diapasão, a realização da Audiência Pública no dia 12 de maio, cujo objetivo foi aferir, com a Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, a execução da emenda nº 50230001, desta Comissão, à Lei Orçamentária de 2008, referente ao “Mapeamento das vulnerabilidades urbanas em face do aquecimento global e do efeito estufa”, tema que interessa de perto a toda a sociedade.

Merece destaque, outrossim, por sua singular relevância, a apresentação do **Anteprojeto nº 1/2010**, que teve por signatários os deputados Cassio Taniguchi, Angela Amin, Eduardo Sciarra, Fernando Chucre e José Paulo Tóffano. O objetivo dessa proposição é ampliar o campo temático da Comissão de Desenvolvimento Urbano, para contemplar e agregar demandas e temas relativamente novos, cuja importância restou evidente, sobretudo, após a Conferência Rio-92, em que o desenvolvimento urbano passou a ser enfrentado necessariamente de forma integrada com os temas afetos à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A gestão ambiental urbana entendida no sentido lato é fundamental, especialmente no tocante à avaliação de impactos ambientais e à gestão de riscos em áreas urbanas.

Com a apresentação desse Anteprojeto, a CDU demonstra estar em sintonia com os pilares da moderna doutrina desenvolvimentista, que é crescer com inclusão social, respeito ao meio ambiente e humanização dos espaços urbanos.

Por outro turno, e apesar do calendário mais curto, realizaram-se algumas audiências públicas e seminários, que reuniram diversas autoridades dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e representantes da sociedade civil, que atenderam a convites da Comissão para falar de temas e programas prioritários afetos à questão urbana no País. Procurou-se, assim, fortalecer a necessária interação com todos os agentes públicos e privados envolvidos com o desenvolvimento urbano, com vistas a solucionar ou, pelo menos, minimizar alguns dos principais problemas que afetam as cidades brasileiras.

Num esforço ainda maior, conseguimos realizar, com êxito e notório reconhecimento público, a XI Conferência das Cidades e o VI Concurso Público Selo Cidade Cidadã, que já se incorporaram à estrutura de eventos e de ações político-legislativas da Câmara dos Deputados, confirmando, uma vez mais, a consolidação dessas iniciativas como importante e pioneiro fórum institucional dos grandes debates que envolvem o desenvolvimento urbano no País.

Vale registrar que, além de palestras de alto nível, o público que participou desta edição da Conferência das Cidades também contou com uma estrutura paralela de eventos, que incluiu workshops, exposições técnicas, oficinas e mostras artísticas. Com isso, procurou-se envolver os participantes com a temática da Conferência, despertando em todos, de forma instigante e pedagógica, a importância da gestão ambiental dos espaços urbanos.

Em relação ao Concurso Selo Cidade Cidadã, posso afirmar que foi uma grata surpresa, tendo em conta o alto nível dos projetos concorrentes, deixando-nos a certeza de que os vários municípios brasileiros têm se esmerado em adotar políticas públicas que de fato atendam as necessidades dos seus habitantes. Os vencedores dessa edição do Selo, num total de quatro cidades, tiveram a oportunidade de expor seus projetos e de possibilitar a sua

replicabilidade para outras localidades, permitindo, assim, que mais brasileiros se beneficiem de medidas práticas que possam trazer melhorias às suas vidas.

Apresenta-se, pois, o presente Relatório de Atividades, que expõe, de forma cronológica e estruturada, os trabalhos legislativos e administrativos aqui desempenhados ao longo desta sessão legislativa. Vale repisar que, apesar da atipicidade do ano em virtude das eleições gerais, a missão constitucional do Colegiado foi cumprida de forma exemplar. Todos os seus membros se desincumbiram das suas tarefas à frente desta Unidade Técnica, com tenacidade e profissionalismo, com o firme propósito de garantir cada vez mais condições melhores de vida à população.

Deixo, portanto, a Presidência desta Comissão na certeza de que todos nós, membros do Colegiado, servidores, colaboradores e a sociedade em geral, cumprimos a nobre jornada rumo à construção de cidades mais humanas, democráticas, sustentáveis e inclusivas, com o compromisso de deixarmos de legado às gerações futuras espaços urbanos melhores do que os que temos hoje.

Deputado **HUMBERTO SOUTO**
Presidente

PRESIDENTE DA COMISSÃO



Deputado HUMBERTO SOUTO
PPS/MG
Presidente



Deputado Angela Amin
PP/SC
1º Vice-Presidente



Deputado Cassio Taniguchi
DEM/PR
2º Vice-Presidente



Deputado José Paulo Tóffano
PV/SP
3º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES



Dagoberto
PDT/MS



Angela Amim
PP/SC



Antonio José Medeiros
PT/PI



Cassio Taniguchi
DEM/PR



Humberto Souto
PPS/MG



Edson Santos
PT/RJ



Fernando Chucre
PSDB/SP



Flaviano Melo
PMDB/AM



José Chaves
PTB/PE



João Bittar
DEM/MG



João Carlos Bacelar
PR/BA



José Carlos Machado
DEM/SE



Maurício Trindade
PR/BA



José Paulo Tóffano
PV/SP



Marcelo Melo
PMDB/GO



Marcos Antonio
PRB/PE



Zezéu Ribeiro
PT/BA

MEMBROS SUPLENTES



Benedito de Lira
PP/AL



Chico da Princesa
PR/PR



Arnaldo Jardim
PPS/SP



Arnaldo Vianna
PDT/RJ



Eduardo Sciarra
PSC/ES



Flávio Dino
PCdoB/MA



Enio Bacci
PDT/RS



Emilia Fernandes
PT/RS



Jorge Bittar
PT/RJ



Jorge Khoury
DEM/BA



Geraldo Resende
PMDB/MS



Gustavo Fruet
PSDB/PR



Luiz Carlos Busato
PTB/RS



Márcio Reinaldo Moreira
PP/MG



José Airton Cirilo
PT/CE



Luiz Bittencourt
PMDB/GO



Raul Henry
PMDB/PE



Renato Amary
PSDB/SP

CORPO TÉCNICO

Secretária da Comissão

Geovana Cristine Sampaio Rodrigues

1º Secretário Substituto

Gilson Vieira de Araújo

2ª Secretária Substituta

Clesione Alves Gomes

Assessoria Legislativa

Ana Cláudia de Araújo

Clesione Alves Gomes

Elita Henrique de Sousa

Gilson Vieira de Araújo

Paulo Sérgio Silva dos Santos

Assessoria Administrativa

Eloneide Rodrigues dos Santos Sampaio

Francisco Augusto de Queiroz

Míriam Paiva da Silva

Assessoria de Comunicação

Sidney Mendes Lins Júnior

Assessoria Técnica

André Ferro de Oliveira

Carla dos Santos Cunha

Estagiários

Marcelo Nogueira Barboza Carneiro - Administração

Ana Paula Resende - Comunicação Social

Menores aprendizes – Projeto Pró-adolescente

Breno Mesquita da Silva

Clara Agnes Avelino Martins

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE COMUNICAÇÃO

Ofícios da Presidência – expedidos	179
Ofícios da Presidência – recebidos	47
Ofícios da Secretaria – expedidos	175
Ofícios da Secretaria – recebidos	08
Memorando expedidos	25
Edições do Informativo da Comissão	17
Correspondências eletrônicas – recebidas	215
Correspondências eletrônicas - enviadas	453
Fale Conosco – recebidos e respondidos	43

QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Designações de relatores	31
Proposições apreciadas	17
Proposições aprovadas	14
Proposições rejeitadas	03
Emendas da Comissão à LDO – PLN. 07/2009	04
Emendas da Comissão à LOA – PLN. 46/2009	04
Reuniões realizadas	28
Reuniões deliberativas	20
Reuniões de audiência pública	02
Eventos	06

PROPOSIÇÕES - DESIGNAÇÕES DE RELATORES

À DEPUTADA ANGELA AMIN:

Projeto de Lei nº 2.541/07 – “acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e dá nova redação ao § 9º do art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de destinar os recursos obtidos pela alienação de bens que sejam instrumentos ou produtos dos crimes de lavagem de dinheiro e de tráfico ilícito de drogas, ou proveitos auferidos com a sua prática, ao Fundo Nacional da Habitação”.

Em 04/05/2010

Projeto de Lei nº 7.560/10 – “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de tarja sinalizadora em vitrines e assemelhados e dá outras providências”.

Em 05/08/2010

Projeto de Lei nº 7.560/10 – “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de tarja sinalizadora em vitrines e assemelhados, e dá outras providências”

Em 08/11/2010

AO DEPUTADO ARNALDO JARDIM:

Projeto de Lei nº 7467/10 – “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico”.

Em 29/06/2010

AO DEPUTADO ANTONIO JOSÉ MEDEIROS:

Projeto de Lei nº 6.748/10 – “Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos”.

Em 23/06/2010

Projeto de Lei nº 5097/10 – “Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos”.

Em 23/06/2010

AO DEPUTADO CÁSSIO TANIGUCHI:

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.926/2009 – “susta a aplicação do art. 2º, V, e do art. 3º, I, da Resolução nº 302, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).”

Em 25/03/2010

Projeto de Lei nº 6.709/09 – “altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”.

Em 04/05/2010

Projeto de Lei nº 7.589/2010 – “dispõe sobre a instalação de itens de segurança e acessibilidade nas escadas, escadas rolantes, esteiras e rampas nos locais que especifica”.

Em 05/08/2010

Projeto de Lei nº 7.589/2010 – “dispõe sobre a instalação de itens de segurança e acessibilidade nas escadas, escadas rolantes, esteiras e rampas nos locais que especifica”.

Em 08/11/2010

AO DEPUTADO FERNANDO CHUCRE:

Projeto de Lei nº 5.252/2009 – “Limita a fixação de cota de rateio em despesas de condomínio”.

Em 23/03/2010

Projeto de Lei nº 7605/2006 – Regulamenta a execução de serviços de limpeza no exterior de edifícios.

Em 30/03/2010

Projeto de Lei nº 223/2007 – Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 1990, que “dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, para exigir a apresentação de atestado de qualificação nas operações de crédito realizadas com recursos do FGTS”.

Em 30/03/2010

Projeto de Lei nº 7.537/2010 – “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada como Estatuto da Cidade, para dispor sobre a sanção à ociosidade de imóveis construídos”.

Em 05/08/2010

AO DEPUTADO MARCELO MELO:

Projeto de Lei nº 3.656/08 - “dispõe sobre a fixação de obstáculos nos limites nas quadras ou conjuntos residenciais dos Estados e do Distrito Federal”.

Em 04/05/2010

Projeto de Lei nº 6.926/10 - “dispõe sobre reserva de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO para desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal”.

Em 12/05/2010

AO DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO:

Projeto de Lei nº 6.926/10 - do Sr. Ronaldo Caiado - que “dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal”.

Em 02/06/2010

AO DEPUTADO MAURÍCIO TRINDADE:

Projeto de Lei nº 6.743/10 – do Sr. Silas Ribeiro – Dispõe sobre a garantia de percentual de moradias para idosos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Em 30/03/2010

AO DEPUTADO JOSÉ PAULO TÓFFANO:

Projeto de Lei nº 3.517/08 – “altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal”.

Em 28/04/2010

Projeto de Lei nº 6.474/09 – “institui o Programa Bicicleta Brasil, para incentivar o uso da bicicleta visando a melhoria das condições de mobilidade urbana.

Em 28/04/2010

Projeto de Lei nº 6.474/09 – “dispõe sobre o limite máximo de tempo de atraso permitido para a entrega de imóvel adquirido antes do término da obra”.

Em 04/05/2010

Projeto de Lei nº 263/07 – “dispõe sobre diretrizes, critérios e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza”.

Em 1º/06/2010

Projeto de Lei nº 7.143/10 – “institui o Fundo e o Programa Nacional de Erradicação de Favelas e Loteamentos Irregulares”.

Em 1º/06/2010

Projeto de Lei Complementar nº 394/2008 – do Sr. José Aírton Cirilo, que “autoriza os Estados a legislar sobre o transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas moto-táxi.”

Em 02/06/2010

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº 34/07 - do Deputado Cassio Taniguchi - que “altera os artigos 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades”.

Relator: Deputado Jorge Khoury.

Parecer: pela aprovação

Aprovado o Parecer do Relator, por unanimidade, em 07/04/2010

Projeto de Lei nº 936/07 - da Deputada Íris de Araújo - que “altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para permitir o financiamento de centros de convivência e casas-lares para idosos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”.

Relatora: Deputada Angela Amin.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por unanimidade o Parecer com complementação de voto, em 05/05/2010.

Apresentou voto em separado o Deputado João Bittar.

Projeto de Lei nº 1.516/07 – do Deputado Eduardo Valverde – que “altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensações de Variações Salariais - FCVS, e dá outras providências”. (Apensados: PL 3339/2008 e PL 3510/2008).

Relator: Deputado Flávio Dino

Parecer: pela aprovação deste e dos PL's 3339/2008 e 3510/2008, apensados, na forma do Substitutivo.

Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Fernando Chucre. O Parecer do Relator, Dep. Flávio Dino, passou a constituir voto em separado. Em 26/05/2010

Projeto de Lei nº 7.605/06 – do Sr. Jackson Barreto – que “regulamenta a execução de serviços de limpeza no exterior de edifícios”.

Relator: Deputado Fernando Chucre

Parecer: pela rejeição

Aprovado por unanimidade, em 07/07/2010

Projeto de Lei nº 2.541/07 - do Sr. Adão Pretto - que “acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e dá nova redação ao § 9º do art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de destinar os recursos obtidos pela alienação de bens que sejam instrumentos ou produtos dos crimes de lavagem de dinheiro e de tráfico ilícito de drogas, ou proveitos auferidos com a sua prática, ao Fundo Nacional da Habitação”.

Relatora: Deputada Angela Amin

Parecer: pela rejeição.

Aprovado por unanimidade, em 10/11/2010

ANTEPROJETO:

Anteprojeto nº 1/2010 – dos Srs. Cassio Taniguchi, Angela Amin, Eduardo Sciarra, Fernando Chucre e José Paulo Tóffano, que “amplia o campo temático da Comissão de Desenvolvimento Urbano”.

Aprovado por unanimidade, em 26/05/2010

REQUERIMENTOS:

Requerimento nº 91/2010 – do Deputado Zezéu Ribeiro – que requer a realização de seminário, com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir sobre arquitetura bioclimática (construções sustentáveis).

Aprovado em 17/03/2010.

Seminário realizado em 23/06/2010

Requerimento nº 92/2010 – do Deputado Fernando Chucre – Requer seja realizada audiência pública para discutir os investimentos para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Arquivado em 17/03/2009, por perda de objeto tendo em vista a apresentação do Requerimento nº 93/2010, que o substituiu.

Requerimento nº 93/2010 – do Deputado Fernando Chucre – que requer seja incluído o tema do planejamento urbano e mobilidade na Subcomissão Especial de Acompanhamento do PAC.

Aprovado em 24/03/2010.

Atendido em 24/03/2010

Requerimento nº 94/2010 – do Deputado João Bittar – que Requer a realização de audiência pública com a Diretora-Presidente da ANAC, Solange Paiva Vieira, e de um representante do Governo de Minas Gerais, para explicar a Decisão nº 49, de 17 de março de 2010.

Obs.: Aprovado, por unanimidade, com a sugestão da Dep. Emília Fernandes, no sentido de incluir dentre os convidados entidades representantes dos Trabalhadores do setor de transporte aéreo

Aprovado em 24/03/2010.

Audiência Pública realizada em: 14/04/2010

Requerimento nº 95/10 - do Deputado Zezéu Ribeiro - que “Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministério do Meio Ambiente para prestar esclarecimentos quanto à execução da emenda nº 50230001, desta Comissão, à Lei Orçamentária de 2008, referente ao “Mapeamento das vulnerabilidades urbanas em face do aquecimento global e do efeito estufa”.

Aprovado em 28/04/2010.

Audiência Pública realizada em 12/05/2010

Requerimento nº 96/10 - da Deputada Angela Amin e dos Srs. Deputados Cassio Taniguchi e Zezéu Ribeiro - que “requer, nos termos regimentais, a realização da XI Conferência das Cidades e da VI Edição do Concurso Selo Cidade Cidadã”.

Aprovado em 28/04/2010.
Conferência realizada nos dias 7 e 8/12/2010.

Requerimento nº 97/10 - do Deputado Arnaldo Jardim - que “propõe que a Comissão de Desenvolvimento Urbano solicite ao Tribunal de Contas da União - TCU a realização de auditoria sobre o montante investido pelo Governo Federal nos últimos anos, em especial com a utilização de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para consolidar e ampliar a ocupação territorial de áreas de risco”.

Requerimento retirado de tramitação a pedido do Autor.

Requerimento nº 98/10 - dos Srs. Deputados Flávio Dino e Vanessa Grazziotin - que “requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com as Comissões da Amazônia, Desenvolvimento Econômico, Turismo, Viação e Transportes bem como Segurança Pública com a presença dos Ministros do Esporte, do Turismo, da Saúde, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, além dos representantes da Infraero e da Embratur”.

Aprovado em 19/05/2010.

Requerimento nº 99/10 – do Sr. Deputado Cássio Taniguchi – que “requer a realização de Seminário com a seguinte temática: Gestão Ambiental do espaço urbano - desafios e oportunidades - à realizar-se nos dias 13 e 14 de julho de 2010”.

Aprovado em 23/06/2010.

Seminário realizado em 04/08/2010

Requerimento nº 100/10 – do Sr. Deputado Zezéu Ribeiro – que “requer a realização de reunião de Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano para discussão do Projeto de Lei nº 6.342, de 2009”.

Aprovado em 23/06/2010

Requerimento nº 101/10 - do Sr. Arnaldo Jardim - que “requer a realização de audiência pública, para discutir a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos que está em formulação pelo Executivo Federal”.

Aprovado em 10/11/2010

PROPOSIÇÕES PRONTAS PARA PAUTA EM 31/12/2010

Projeto de Decreto Legislativo 1926/2009 – do Sr. Roberto Rocha - Sustenta a aplicação do art. 2º, V, e do art. 3º, I, da Resolução nº 302, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Parecer do Relator, Dep. Cassio Taniguchi (DEM-PR), pela aprovação.

Projeto de Lei 3656/2008 – do Sr. LAERTE BESSA - Dispõe sobre a fixação de obstáculos nos limites nas quadras ou conjuntos residenciais dos Estados e do Distrito Federal.

Parecer do Relator, Dep. Marcelo Melo (PMDB-GO), pela rejeição.

Projeto de Lei 4328/2008 – do Sr. Fernando Chucre - Dispõe sobre modalidade de financiamento habitacional a ser utilizada nos contratos firmados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela aprovação.

Projeto de Lei 5252/2009 – do Sr. Leonardo Quintão - Limita a fixação de cota de rateio em despesas de condomínio.

Parecer do Relator, Dep. Fernando Chucre (PSDB-SP), pela rejeição.

Projeto de Lei 5987/2009 – do Sr. Roberto Britto - Dispõe sobre destinação para arborização urbana de parte dos recursos arrecadados por aplicação de multa por infração ambiental.

Parecer do Relator, Dep. Flaviano Melo (PMDB-AC), pela aprovação deste, e do PL 6557/2009, apensado.

Projeto de Lei 6166/2009 – do Sr. Nelson Goetten - Estabelece os requisitos de segurança, higiene, conforto operacional e infraestrutura a serem atendidos pelos terminais rodoviários de passageiros, nos termos que menciona, e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Chico da Princesa (PR-PR), pela aprovação.

Projeto de Lei 6474/2009 – do Sr. Jaime Martins - Institui o Programa Bicicleta Brasil, para incentivar o uso da bicicleta visando a melhoria das condições de mobilidade urbana.

Parecer do Relator, Dep. José Paulo Tóffano (PV-SP), pela aprovação, com emenda.

Projeto de Lei 6709/2009 – do Senado Federal (da Sra. Rosalba Ciarlini) - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.

Parecer do Relator, Dep. Cassio Taniguchi (DEM-PR), pela rejeição.

Projeto de Lei 7059/2010 – do Sr. Paulo Roberto Pereira - Dispõe sobre o limite máximo de tempo de atraso permitido para a entrega de imóvel adquirido antes do término da obra. Parecer do Relator, Dep. José Paulo Tóffano (PV-SP), pela aprovação.

Projeto de Lei 7143/2010 – da Sra. Andreia Zito - Institui o Fundo e Programa Nacional de Erradicação de Favelas e loteamentos irregulares. Parecer do Relator, Dep. José Paulo Tóffano (PV-SP), pela rejeição.

Projeto de Lei 7589/2010 – do Sr. Vital do Rego Filho - Dispõe sobre a instalação de itens de segurança e acessibilidade nas escadas, escadas rolantes, esteiras e rampas nos locais que especifica.

Parecer do Relator, Dep. Cassio Taniguchi (DEM-PR), pela rejeição deste, e do PL 7863/2010, apensado.

Projeto de Lei Complementar 394/2008 – do Sr. José Aírton Cirilo - Autoriza os Estados a legislar sobre o transporte remunerado de passageiros em motocicletas e motonetas moto-táxi.

Parecer do Relator, Dep. José Paulo Tóffano (PV-SP), pela aprovação.

PROJETOS AGUARDANDO PARECER EM 31/12/2010

Projeto de Lei nº 223/2007 – do Sr. Carlito Merss – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 1990, que “dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, para exigir a apresentação de atestado de qualificação nas operações de crédito realizadas com recursos do FGTS”.

Projeto de Lei nº 2.526/07 – do Sr. Silvio Lopes – que “acrescenta dispositivos ao Código Civil, para obrigar a realização periódica de perícia em edificações e construções consideráveis”.

Projeto de Lei nº 4.625/09 – do Sr. Regis de Oliveira - Dispõe sobre a averbação de ampliação de áreas comuns de edifícios.

Projeto de Lei nº 4.749/09 – do Sr. Celso Russomanno - Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.

Projeto de Lei nº 4.816/09 – do Sr. José Santana de Vasconcellos - Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos e à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, conferindo aos condomínios edilícios a oportunidade de se constituírem como pessoas jurídicas.

Projeto de Lei nº 5.097/09 – do Sr. Paes de Lira - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica.

Projeto de Lei nº 6.462/09 – do Senado Federal (Sr. Renato Casagrande) – Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências”, para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.

Projeto de Lei nº 6.743/10 – do Sr. Silas Brasileiro - Dispõe sobre a garantia de percentual de moradias para idosos no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Projeto de Lei nº 6.748/10 – do Senado Federal (do Sr. Arthur Virgílio)- Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos.

Projeto de Lei nº 7.467/10 – do Senado Federal (do Sr. Francisco Dornelles) - Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Projeto de Lei nº 7.537/10 – do Sr. Chico Alencar - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada como Estatuto da Cidade, para dispor sobre a sanção à ociosidade de imóveis construídos.

Projeto de Lei Complementar nº 574/10 – do Sr. Gonzaga Patriotez- Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001.

PROPOSIÇÕES AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR EM 31/12/2010

Proposta de Fiscalização e Controle nº 75/09 – do Sr. Marcio Junqueira – que “propõe que a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados execute uma fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do evento que reuniu prefeitos de todo Brasil, realizado 10 e 11 de fevereiro de 2009, em Brasília, patrocinado pelo Poder Executivo”.

Projeto de Lei nº 5.900/09 – do Senado Federal (da Sra. Marisa Serrano) - Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para tornar obrigatória a construção de estabelecimento de educação infantil nos conjuntos habitacionais de interesse social financiados por recursos públicos.

Projeto de Lei nº 6.290/09 – do Sr. Capitão Assunção - Regulamenta o Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros por Táxi em Região Metropolitana e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 6.342/09 – do Sr. Paulo Teixeira - Institui no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, o Serviço de Moradia Social para famílias de baixa renda.

Projeto de Lei nº 6.364/09 – do Senado Federal (do Sr. Sarney Filho) - Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de medidas ecologicamente sustentáveis nas obras de infra-estrutura necessárias à realização das Olimpíadas de 2016.

Projeto de Lei nº 6.926/10 – do Sr. Ronaldo Caiado - Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Projeto de Lei nº 7.371/10 – do Sr. Rodovalho - Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para facultar a utilização dos recursos do FGTS para financiar a construção de templos religiosos.

Projeto de Lei nº 7.562/10 – do Sr. Eduardo Cunha - Dispõe sobre Financiamento Imobiliário pela Caixa Econômica Federal.

Projeto de Lei nº 7.803/10 – do Senado Federal – (do Sr. Marcelo Crivella) - Altera o § 1º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios.

Projeto de Lei nº 7.914/10 – do Sr. Bonifácio de Andrada - Regulamenta construções nas áreas metropolitanas.

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS 2010

EMENDAS APROVADAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) – PL 004/2010/CN

EMENDA 01. Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

Programa 1305, Ação 20AO. Produto: Projeto Apoiado. Acréscimo de Meta: 100. Aprovada por unanimidade em 09/06/2010.

JUSTIFICATIVA: A presente emenda visa a inclusão no anexo de metas e prioridades a recuperação de área degradada em bacias hidrográficas, buscando proporcionar à população melhor qualidade de vida e recuperação do meio ambiente.

EMENDA 02. Apoio à Projetos de Sistemas de Circulação Não Motorizados.

Programa 9989, Ação 10ST. Produto: Projeto Apoiado. Acréscimo de Meta: 1.000. Aprovada por unanimidade em 09/06/2010.

JUSTIFICATIVA: A presente emenda tem por finalidade a inclusão no anexo de prioridades, apoio a projetos de sistema de circulação não-motorizados, visando proporcionar o bem estar de toda a população, além de melhorar a circulação de nossas vias, cada vez mais congestionadas.

EMENDA 03. Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano.

Programa 9989, Ação 10SR. Produto: Projeto Elaborado. Acréscimo de Meta: 1.000. Aprovada por unanimidade em 09/06/2010.

JUSTIFICATIVA: A presente emenda tem por finalidade a implementação, ampliação ou melhoria de linhas e trechos de sistemas integrados de transporte coletivo urbano, nos Estados e Municípios, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida e acessibilidade à população destes centros.

EMENDA 04. Socorro as Pessoas Atingidas por Desastres.

Programa 1029, Ação 4564. Produto: Pessoa Atendida. Acréscimo de Meta: 600.000. Aprovada por unanimidade em 09/06/2010.

JUSTIFICATIVA: Nos últimos anos os fenômenos naturais mais intensos aliados ao descaso do poder público nas ações integradas de prevenção têm gerado a necessidade de garantir mais recursos para as famílias atingidas por desastres naturais. Desse modo, propomos o aumento substancial do apoio às famílias na reconstrução de suas casas e auxílios financeiros provisórios.

EMENDA 05. Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Programa 0310, Ação 1D73. Produto: Projeto Apoiado. Acréscimo de Meta: 5.000. Aprovada por unanimidade em 09/06/2010.

JUSTIFICATIVA: A presente emenda tem por finalidade destacar esta ação, na qual achamos ser de suma importância para o desenvolvimento de nosso país.

EMENDAS DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2010 (PLOA nº 59/2010 - CN).**DE APROPRIAÇÃO:****EMENDA 01. Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano - Nacional.**

Programa 9989, Ação 10SS. Produto: Sistema Apoiado. Acréscimo de Meta: 80, Valor 80 milhões, Cancelamentos Compensatórios no valor de 80 milhões. UO: Ministério das Cidades. Aprovada por unanimidade em 24/11/2010.

JUSTIFICATIVA: É grande a demanda por recursos nessa área, pois os municípios se acham com sua capacidade financeira comprometida e não têm condições de resolver os graves problemas de mobilidade urbana derivados da crescente urbanização e expansão. Neste sentido, esta emenda visa o aporte de recursos adicionais para viabilizar mais projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano, nas regiões metropolitanas e cidades de maior porte. A deteriora do nível de serviço, confiabilidade e da atratividade do transporte coletivo urbano, a falta de estrutura para a realização dos transportes não-motorizados, assim como os congestionamentos e os tempos excessivos de deslocamento, se expressam na queda da mobilidade urbana, sobretudo nas camadas sociais mais pobres, excluídas do acesso às oportunidades de emprego, à moradia e aos serviços públicos. Este contexto torna urgente o aporte de recursos e a implementação de ações que contribuam para a inclusão social e melhor qualidade de vida desta população.

EMENDA 02. Apoio à Implementação de Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - PROMESO - Nacional.

Programa 1025, Ação 6409. Produto: Projeto Executado. Acréscimo de Meta: 95%, Valor 200 milhões de reais, Cancelamentos Compensatórios no valor de 200 milhões de reais, UO: Ministério da Integração Nacional. Aprovada por unanimidade em 24/11/2010.

JUSTIFICATIVA: O Brasil apresenta nítidas desigualdade regionais, resultado de um processo de desenvolvimento caracterizado pela concentração em áreas específicas, principalmente no Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Mesmo com os modestos, mas contínuos avanços no processo de desconcentração, o Brasil ainda sente falta de políticas públicas que efetivamente contribuam para a inserção igualitária de áreas menos desenvolvidas e que oferecem precárias condições de bem-estar social a seus habitantes. Para mudar esse cenário, o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais PROMESO incen-

tiva a interface entre as diversas ações do governo em espaços específicos, as chamadas mesorregiões diferenciadas que nada mais são do que territórios que envolvem regiões um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais. A partir de linhas mestras e objetivos estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, cabe aos parceiros setor público, setor produtivo e sociedade civil arrematar o novo modelo de gestão segundo as necessidades regionais próprias e suas características culturais e sociais, visando o fortalecimento da mesorregião. Neste contexto a presente emenda tem por objetivo o aporte de mais recursos no referido programa.

EMENDA 03. Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional.

Programa 0310, Ação 1D73. Produto: Projeto Apoiado. Acréscimo de Meta: 800, Valor 200 milhões de reais, Cancelamentos Compensatórios no valor de 200 milhões de reais, UO: Ministério das Cidades. Aprovada por unanimidade em 24/11/2010.

JUSTIFICATIVA: Esta emenda amplia as possibilidades de atuação na área de infra-estrutura urbana, pois sua aplicação contempla ações nas áreas de saneamento, acessibilidade, transporte público, regularização fundiária, moradia e urbanização. Abrange, também, ações relativas à viabilização de obras de pavimentação urbana, de construção de pontes em municípios de pequeno porte não atendidos por outros programas. Dentre os propósitos da emenda inclui-se o de destinar recursos para apoiar os municípios na elaboração de planos de saneamento básico, compreendidos, naturalmente, aqueles de caráter integrados e os específicos para sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

EMENDA 04. Desenvolvimento Institucional para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos - Nacional. Programa 8007, Ação 86AA. Produto: Projeto Apoiado. Acréscimo de Meta: 50, Valor 58,6 milhões de reais, Cancelamentos Compensatórios no valor de 58,6 milhões de reais, UO: Ministério do Meio Ambiente. Aprovada por unanimidade em 24/11/2010.

JUSTIFICATIVA: Com a promulgação da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e até os particulares passam a ter obrigações que demandam um planejamento adequado à sua aplicação. Trata-se de matéria de grande interesse e alcance para toda sociedade brasileira visto tratar-se de um tema que tem relação com o presente e o futuro de toda a população brasileira e mundial, uma vez que o adequado tratamento dos resíduos é uma expectativa de todos os segmentos sociais preocupados com a sustentabilidade. Como o prazo dado aos entes federados para a elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos se exaure em 2012, caberá ao Governo Federal apoiar estas unidades no sentido de se organizarem para o seu atendimento. Assim, esta emenda visa estabelecer um programa de capacitação e suporte que permita o pleno atendimento das exigências.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública objeto do Requerimento nº 94/2010-CDU

Autor: Deputado João Bittar

Tema: Debate sobre critérios de utilização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e do Aeroporto da Pampulha e sobre a Decisão nº 49 de 17 março de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Data: 14/04/2010.

Convidados:

Juliano Alcântara Noman - Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, representante da Senhora Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais;

Célio Alberto Barros de Lima, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, representante do Senhor Francisco Luiz Xavier de Lemos - Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários.



Presidente da CDU, deputado Humberto Souto (PPS-MG), com Luiz Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais de MG, Juliano Noman, representante da Anac e Célio Alberto Barros de Lima, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeroportuários.

A Reunião de Audiência Pública teve como propósito obter esclarecimentos acerca da Decisão nº 49, de 17 de março de 2010, que permite o uso do aeroporto de Belo Horizonte (Pampulha) para voos domésticos. Atualmente, ele concentra apenas aviação regional.

O terminal Tancredo Neves, em Confins, destinado a operar grandes aeronaves, inclusive voos internacionais, fica a mais de 30 minutos do centro de Belo Horizonte, mas sua localização, conforme salienta o autor do requerimento, Deputado João Bittar, está dentro do planejamento estratégico do Governo de Minas Gerais. Contudo, há problemas que limitam as operações aeroportuárias, inclusive a falta de licença ambiental. Essas restrições motivaram a edição da Portaria nº 993/2007–ANAC, que foi revogada pela mesma agência reguladora.

Segundo o autor do requerimento, um outro problema prende-se ao fato de que a já citada Portaria nº 993/2007 – que estabelece os critérios de utilização dos aeroportos Tancredo Neves e Pampulha – respeitavam a estratégia do Governo Estadual de viabilizar a aviação regional no interior, assegurando desta forma o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Audiência Pública objeto do Requerimento nº 95/10

Autor: Deputado Zezéu Ribeiro

Tema: Esclarecimentos acerca da execução da emenda nº 50230001, desta Comissão, à Lei Orçamentária de 2008, referente ao “Mapeamento das vulnerabilidades urbanas em face do aquecimento global e do efeito estufa”.

Data: 12/05/2010.

Convidados:

Branca Bastos Americano, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – representando a Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Silvano Silvério da Costa, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.



Presidente da CDU, deputado Humberto Souto (PPS-MG), Branca Basto Americano, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental e Silvano Silvério da Costa, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Consistiu a Audiência Pública na obtenção de esclarecimentos a respeito da execução orçamentária relativa aos estudos de mapeamento das vulnerabilidades urbanas em razão do aquecimento global e do efeito estufa nas regiões metropolitanas.

A apresentação da emenda, por parte da Comissão de Desenvolvimento Urbano, foi motivada por discussões havidas no âmbito do Seminário “As cidades e o aquecimento global”, realizado no ano de 2007, ocasião em que restou assentado que a indicação de recursos orçamentários para o estudo em questão seria fundamental para a definição de políticas públicas a par da problemática em torno das bruscas alterações climáticas.

SEMINÁRIOS

Construções Sustentáveis

Autor: Deputado Zezéu Ribeiro

Com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Requerimento 91/2010

24/06/2010



Seminário reuniu as Comissões de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Debateu a adoção de soluções de projetos e tecnologias em arquitetura e urbanismo com redução de custos e impactos, ao mesmo tempo em que enfatizou a necessidade de aumentar a sustentabilidade do ambiente construído, possibilitando a adoção de políticas públicas e a geração de incentivos à implementação de projetos sustentáveis. Estes projetos trazem benefícios à sociedade em termos de economia e uso eficiente da energia, combatendo o desperdício e promovendo o uso racional dos recursos naturais e renováveis em todo o ciclo de vida do ambiente construído.

O evento foi realizado em um momento cujo protagonismo do Brasil na área de energia (etanol e biodiesel) está em ascensão e servirá de vitrine durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014 (Copa sustentável) e a Olimpíada de 2016, sendo certo que os conceitos de construções sustentáveis desenvolvidos pelo Brasil podem ser aplicados, por exemplo, nas construções das vilas olímpicas e em novos hotéis para os turistas de todo planeta que comparecerão aos eventos.

Finalmente, o Seminário Construções Sustentáveis contou com painéis de discussão da política pública atual, que necessita ser revisada para permitir a utilização dessas técnicas nas construções brasileiras.

Participaram do evento: Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; Aquiles Poletti Moreira, Gerente da Área de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Jean Rodrigues Benevides, Gerente Nacional de Meio Am-

biente da Caixa Econômica Federal; Mauricio Messias, Gerente-Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil; José Galbinski, PhD em Planejamento Urbano, Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Uniceub (Brasília-DF); Filomena Russo, Mphil Environmental Design, Associada da Foster+Partners (Londres, Inglaterra); Fabiano Sobreira, Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Uniceub (Brasília-DF); Jean Rodrigues Benevides, Gerente Nacional de Meio Ambiente da Caixa Econômica Federal; Salette Webber, Coordenadora do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat do Ministério das Cidades; Laura Valente de Macedo, Diretora Regional do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade; Shigeo Shiki, Gerente de Projeto do Departamento de Economia e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente; Joyce Correna Carlo, Professora-Doutora do Curso de Arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Viçosa-MG; Aleixo Furtado, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Unb - Universidade de Brasília (Brasília-DF); Denise Duarte, Professora-Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP - Universidade de São Paulo (São Paulo-SP); Alexandra A. Maciel, Analista de Infraestrutura da Secretaria de Mudanças e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Catharina Cavalcante de Macedo, Professora em Conforto Ambiental do Centro Universitário UniEuro (Brasília-DF); Béríte Carmo Cabral, Técnica Especializada do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; Frank Siciliano representante da Asbea - Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura.

Gestão Ambiental do Espaço Urbano – Desafios e Oportunidades

Autor: Deputado Cassio Taniguchi

Requerimento 99/2010

04/08/2010



Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) realiza o seminário Gestão Ambiental do Espaço Urbano - Desafios e oportunidades.

A realização desse seminário destinou-se a discutir a “Gestão Ambiental do Espaço Urbano – Desafios e Oportunidades”, ocasião em que especialistas e representantes do governo se reuniram para debater e encaminhar propostas a serem apreciadas no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo, no sentido de serem incorporadas à legislação vigente no tocante ao enfrentamento dos problemas de gestão urbana.

Os palestrantes explicitaram a relevância de se focar a interface urbano-ambiental. No Brasil, as cidades, apesar de ocuparem uma pequena parcela do território, apresentam relação com um conjunto relevante de problemas ambientais. A gestão ambiental urbana, todavia, não tem tido a atenção necessária.

Como historicamente o Brasil convive com ocupações habitacionais irregulares localizadas em áreas de proteção de mananciais, áreas de preservação permanente e em outras áreas de interesse ambiental, na interface urbano-ambiental no país a regularização fundiária e a urbanização de assentamentos precários sobressaem como elementos importantes. Há zonas de conflito entre, de um lado, a questão habitacional e o desenvolvimento urbano e, de outro, a proteção do meio ambiente, que necessitam ser equacionadas. O conflito também está presente em parte da legislação nacional que disciplina esses temas.

Nesse sentido, foi senso comum entre os especialistas que participaram do evento que a sobreposição entre a legislação urbana e ambiental tem gerado muitos conflitos de gestão nas cidades brasileiras. Há, segundo eles, uma urgente necessidade de se harmonizar as legislações ambientais e urbanas, inclusive com a definição mais clara das competências dos diferentes níveis de governo, a fim de conciliar o desenvolvimento e ocupação dos

espaços das cidades com a proteção ambiental e as vulnerabilidades locais.

O caso das Áreas de Preservação Permanente (APP) em margens de cursos d'água que estão em áreas urbanas é um exemplo emblemático de conflito de legislações, segundo os participantes do seminário. No Código Florestal, por exemplo, as APPs em margens de rios devem ter no mínimo 30 metros de largura, estejam elas localizadas em área urbana ou rural, já na Lei do Parcelamento do Solo Urbano (6.766/79) elas devem ter, no mínimo, 15 metros. Esses conflitos legais provocam insegurança jurídica aos gestores municipais e devem ser solucionados o mais rápido possível.

Na atualização das legislações ambientais, deve-se considerar a importância dos instrumentos locais de ordenamento territorial. Os zoneamentos ambientais e os planos diretores, instituídos pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/ 2001), são as ferramentas apropriadas para estabelecer, de forma participativa, as prioridades locais no planejamento e ocupação sustentável da cidade, conciliando as especificidades ambientais e as demandas sociais e econômicas.

Como o País está mobilizado em debater a revisão do Código Florestal e empenhado em garantir a gestão sustentável do território, os participantes do seminário acharam oportuno encaminhar algumas contribuições do seminário Gestão Ambiental do Espaço Urbano com intuito de inserir a temática urbana no debate do Código Florestal.

Os participantes do seminário concluíram que o tema abordado foi estratégico, pois abordou questões cruciais ao desenvolvimento sustentável do País, trazendo à baila aspectos legais e sociais considerados polêmicos, porém, necessários.

Participaram do evento: Professor Doutor Bolívar Pêgo, Coordenador de Desenvolvimento Urbano do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Celso Carvalho, Secretário Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Mário Reali, Prefeito de Diadema (SP); Francisca Alves Ribeiro, Prefeita de Carinhanha (BA); Samanta Pineda - Advogada especialista em Direito Ambiental; Maria do Carmo de Lima Bezerra – Professora Doutora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente.

SUBCOMISSÕES:

SUBCOMISSÕES ESPECIAIS EM FUNCIONAMENTO

Subcomissão Especial de Ordenamento Territorial e Regiões Metropolitanas.

Coordenador: Deputado Zezéu Ribeiro.

Membros:

Deputado Arnaldo Jardim PPS/SP;

Deputado Fernando Chucre PSDB/SP;

Deputado José Paulo Tóffano PV/SP;

Deputado Zezéu Ribeiro PT/BA.

Subcomissão Especial de Acompanhamento das Obras do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Coordenador: Deputado José Carlos Machado.

Membros:

Deputado José Carlos Machado DEM/SE;

Deputado Luiz Carlos Busato PTB/RS; e

Subcomissão Especial dos Terrenos de Marinha e Seus Acrescidos.

Coordenador: Deputado José Chaves.

Membros:

Deputada Angela Amin PP/SC;

Deputado Flávio Dino PCdoB/MA;

Deputado José Carlos Machado DEM/SE;

Deputado José Chaves PTB/PE; e

Deputado Marcelo Melo PMDB/GO.

SUBCOMISSÕES PERMANENTES EM FUNCIONAMENTO:

Subcomissão Permanente de Habitação.

Coordenadores: Deputados Fernando Chucre e Zezéu Ribeiro.

Membros:

Deputado Fernando Chucre PSDB/SP;

Deputado Renato Amary PSDB/SP; e

Deputado Zezéu Ribeiro PT/BA.

Subcomissão Permanente do Saneamento.

Coordenador: Deputado Arnaldo Jardim.

Membros:

Deputado Arnaldo Jardim PPS/SP;

Deputado Flaviano Melo PMDB/AC; e

Subcomissão Permanente de Mobilidade Urbana e Transporte.

Coordenadora: Deputada Angela Amin.

Membros:

Deputada Angela Amin PP/SC; e

Deputado Luiz Carlos Busato PTB/RS.

CONFERÊNCIA DAS CIDADES - XI EDIÇÃO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano realizou a XI edição da Conferência das Cidades, que já se incorporou à própria estrutura dos grandes eventos realizados anualmente no Parlamento, tendo alcançado destacado espaço institucional como um importante instrumento de interlocução e de defesa das ações voltadas ao desenvolvimento urbano no País.

Esse reconhecimento deve-se ao fato de que a Conferência das Cidades constitui importante canal de participação e de interação social e já integra a agenda nacional como o espaço anual de debate das grandes questões urbanas, contando com a participação dos cidadãos e dos principais agentes interessados no desenvolvimento urbano do País – como prefeitos, parlamentares, representantes da sociedade civil organizada, acadêmicos, especialistas em urbanismo e estudantes.

Essa edição da Conferência ocorreu entre os dias 7 e 8 de dezembro e teve como temática o Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental, contemplando um elenco temático de importantes matérias que necessitam ser aprofundadas pelo Parlamento, com ênfase para as conquistas e os novos desafios do Estatuto da Cidade; o planejamento e a execução da política urbana para as próximas décadas e o aproveitamento adequado dos recursos naturais nas cidades brasileiras.

Outra preocupação do evento foi discutir e apontar soluções no que se refere às tragédias que castigam todos os anos várias partes do Brasil, provocadas pelos extremos do clima em várias regiões, com a ocorrência de enchentes em alguns Estados da Federação, tais como Piauí, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, ou mesmo o registro de seca histórica em partes da região sul, norte e nordeste, com prejuízos à atividade agrícola e pecuária.

Durante sua realização, cerca de 2.500 pessoas visitaram toda a estrutura integrante do evento, montada nas dependências da Câmara, a saber **i)** Workshop Case Pedra Branca, com o apoio institucional do Grupo Espírito Santo; **ii)** Workshop Aspectos Construtivos do Amianto Crisotila, com o apoio do Instituto CrisotilaBrasil; **iii)** Oficina EcoCâmara – Compostagem e Defensivos Naturais; **IV)** Exposições técnicas e artísticas, localizadas no Espaço do Servidor no Anexo II e **V)** solenidade de entrega do prêmio Selo Cidade Cidadã, além das exposições temáticas que ocorreram no Auditório Nereu Ramos.

A Conferência teve a sua abertura oficial no dia 7 de dezembro, no Auditório Nereu Ramos, e contou com a presença do Deputado Marco Maia; 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Márcio Fortes, Ministro de Estado das Cidades; Deputado Humberto Souto (PPS-MG), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados; Márcia Kumer, Superintendente da Caixa Econômica Federal; Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; Silvano Silvério, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; Fernando Bruno, Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, além de vários prefeitos, secretários estaduais e municipais, e várias outras autoridades presentes no Auditório Nereu Ramos.

A Conferência contou com três painéis e dez palestras, conduzidas por renomados especialistas, tendo início na tarde do dia 7 de dezembro e se seguindo por todo o dia 8. O



Mesa de abertura da XI Conferência das Cidades

primeiro painel apresentou um diagnóstico das cidades no mundo. Já o segundo tratou dos condicionantes para o desenvolvimento urbano e o enfrentamento das desigualdades no País e no terceiro painel, foram apresentadas as novas tendências para o planejamento urbano.

O primeiro painel, intitulado Espaço Urbano – Realidade e Desafios, apresentou um relatório da situação das cidades no mundo, elaborado a partir de um estudo recente da Organização das Nações Unidas. O relatório, apresentado por Alain Grimard, diretor da Divisão de Monitoramento e Pesquisa do ONU-Habitat, mostrou que, em uma relação de 30 países analisados, o Brasil ocupa a segunda pior posição em redução do número de moradores de favelas, atrás apenas da África do Sul.

Os dados apresentados mostram que, entre 2000 e 2010, houve redução de 16% na população brasileira que reside em favelas, enquanto na China e Índia foram reduzidos 25% e 30%, respectivamente. Para Grimard, uma maneira eficaz de diminuir desigualdades sociais é uma distribuição equitativa de oportunidades. Em acréscimo ao relatório, Maria do Carmo Bezerra, professora da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que, atualmente, 80% dos brasileiros vivem em cidades e 34,4% vivem em áreas inadequadas, como em pontos sem saneamento básico razoável ou titularidade da terra.

No segundo painel, denominado Condicionantes econômicos e Socioambientais, os especialistas defenderam que a sustentabilidade urbana está vinculada a ações para tornar mais eficiente a arrecadação e a distribuição dos tributos.

Uma das questões centrais é como preparar melhor as cidades para enfrentar situações extremas. A capacidade e a agilidade das respostas a serem dadas em situações de catástrofes depende, principalmente, da estrutura administrativa do município, que, por sua vez, depende da distribuição dos tributos, concluíram os participantes.

Na avaliação da professora da Universidade Federal de Maringá e coordenadora do Observatório das Metrôpoles, Ana Lúcia Rodrigues, além dos riscos ambientais, o adensamento das grandes cidades está gerando metrôpoles sem coesão e planejamento. “Os próprios cidadãos resolvem os problemas de mobilidade e de moradia. Daí surgem favelas e ocupações irregulares”, explicou.

Ana Lúcia defendeu a adoção urgente de políticas capazes de solucionar o problema da ocupação das cidades e destacou que o Brasil passa por um momento bastante

oportuno para o planejamento urbano. “Estamos passando por uma transição demográfica, em que a demanda por serviços e moradias nas cidades tende a se estabilizar”, comentou.

Mesmo sem as pressões dos grandes centros urbanos, pequenos municípios no interior do País também enfrentam dificuldades para lidar com o crescimento sustentável, segundo a palestrante Chica do PT, prefeita de Carinhanha (BA). Na conferência, Chica expôs o desafio da cidade que governa para preservar o rio que leva o mesmo nome da cidade. Segundo ela, para que as margens do rio Carinhanha não fossem ocupadas já foi preciso enfrentar empresários e até o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). “Nossa cidade foi construída sem planejamento. As casas deram as costas para o rio e despejaram seus dejetos nele. O desafio é usar o rio como atração, voltar as casas para ele. Acredito que a única saída é educar, pois não creio que é possível mudar as pessoas apenas com leis”, afirmou.

O professor da PUC/RJ e jornalista André Trigueiro lembrou que não é possível idealizar propostas que se apliquem por igual e tenham o mesmo efeito em todas as cidades. Ele afirmou que os problemas são locais e as respostas também precisam ser específicas. Trigueiro criticou ainda a descontinuidade de projetos bons por mudanças na administração.

O deputado Cassio Taniguchi (DEM-PR) encerrou o segundo painel sustentando que, cada vez mais, a preocupação ambiental se transfere para as cidades porque grande parte da população mundial vive na zona urbana. “No Brasil, 85% da população mora nas cidades. As cidades, segundo a ONU, são responsáveis por 75% do consumo de energia e bens e responsáveis por 80% das emissões de carbono, portanto causam aquecimento global”, destacou. Dessa forma, compete a essa população encontrar e adotar meios de minimizar os estragos que esse consumismo gera ao meio ambiente.

Por fim, o terceiro Painel trouxe como temática o Futuro das Cidades no Brasil. Nesse tópico os especialistas refletiram acerca da necessidade de integração do planejamento urbano de diversos municípios, principalmente em áreas metropolitanas. Segundo foi apontado, mais de 50% da população brasileira considerada urbana encontra-se em apenas 12 aglomerações. Ainda assim, o País não conta com a figura da autoridade metropolitana, como ocorre, principalmente, na Europa.

Segundo os palestrantes, é preciso superar a visão municipalista e verificar como investimentos públicos podem trazer resultados para mais de uma localidade. Como o governo não prevê a gestão das grandes conurbações (aglomerações urbanas), elas se espalham por áreas cada vez mais extensas e quanto mais difusa a área ocupada, maior o impacto ambiental. O ideal seria a cidade compacta, defenderam os especialistas.

Outro aspecto debatido prende-se ao fato de que grandes áreas urbanas ocupam grandes extensões territoriais e exigem investimentos mais pesados na ampliação da infraestrutura, como redes de transportes, água, saneamento e de eletrificação. Sem contar os problemas ambientais diretos causados por ocupações irregulares - como as favelas em encostas e em margens de cursos d’água, concluíram os participantes do terceiro Painel.

Também foi abordado, nesse painel, a questão da legislação ambiental vigente no País, que, segundo a especialista em direito ambiental Samanta Pineda é “conflitante e concentradora de poderes na União”, limita a autonomia dos municípios e representaria o princi-

pal entrave ao desenvolvimento sustentável das cidades.

Como exemplo das contradições vigentes na legislação federal, a advogada citou a extensão das áreas de proteção de margens de córregos e rios. Segundo ressaltou, o Código Florestal determina que devem ter a extensão de 30 metros a partir do curso d'água. Já a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (6.766/79) prevê largura de 15 metros. “Ambas são federais; a qual os prefeitos devem obedecer?”, questionou.

Na opinião de Pineda, a União precisa se ater a fazer normas gerais, sem tecer minúcias com respeito a meio ambiente e administração municipal, porque com isso retira dos prefeitos toda a autonomia. A advogada defende a adoção da regra da prevalência de interesse, se a obra é de interesse municipal, a competência é do município.

No entanto, para o presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Humberto Souto (PPS-MG), a crítica é válida, mas o gargalo do problema é outro. Ele entende ser preciso reunir a sociedade e os gestores públicos para se chegar a uma solução na questão ambiental, com vistas a deter o avanço dos danos ambientais ou mesmo evitar o surgimento de novos, de sorte que se consiga preservar o que ainda resta às gerações futuras.

Esta edição da Conferência reuniu e trocou experiências, identificou alternativas e enfrentou o atual panorama de problemas sociais e ambientais que se propagam por muitas cidades, prestando, dessa forma, uma importante contribuição para o aprofundamento dos debates em torno de tema tão relevante na atualidade – O Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental.

Após o encerramento do terceiro painel, deu-se início a Cerimônia de premiação aos municípios vencedores da 6ª edição do Concurso Público Selo Cidade Cidadã, cuja temática, em sintonia com a Conferência das Cidades, foi a recuperação de áreas degradadas visando à sustentabilidade ambiental e planos municipais de redução de riscos.

PROGRAMAÇÃO DA XI CONFERÊNCIA DAS CIDADES:

Dia 7 de Dezembro de 2010

15h Painel I – Espaço Urbano – Realidade e Desafios

Coordenação dos Trabalhos: Dep. Zezéu Ribeiro (PT/BA)

Moderador: Dra Liana Carleial – Dir. de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais DIRUR/IPEA

Objetivo: apresentar um diagnóstico da situação das cidades no mundo, elaborado a partir de um estudo recente da ONU, e comparar com a realidade nacional. O painel será encerrado com uma avaliação sobre o impacto do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor como elementos de modificação da realidade social.

Tema 1: Estado das Cidades no Mundo

Palestrante 1: Dr. Alain Grimard, Oficial Sênior de Assentamentos Humanos da ONU-Habitat

Tema 2: Expansão Urbana no Brasil – Causas e Consequências

Palestrante 2: Prof. Dra. Maria do Carmo (UnB)

Tema 3: O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor como Elementos Indutores de Mudança

Palestrante 3: Nadia Somekh (IAB/FAU Mackenzie)

Dia 8 de Dezembro de 2010

9h Painel II – Condicionantes Econômicos e Socioambientais

Coordenação e moderação dos Trabalhos: Dep. Cassio Taniguchi (DEM/PR)

Objetivo: apresentar os condicionantes internos e externos para o desenvolvimento urbano e o enfrentamento das desigualdades de renda, espacial e de oportunidades no Brasil.

Tema 1: Tendências Urbanas para as Próximas Décadas

Palestrante 1: André Trigueiro (PUC/RJ)

Tema 2: Vulnerabilidades Socioambientais

Palestrante 2: Dr. Carlos Nobre – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

Tema 3: Infraestrutura Econômica, Social e Urbana

Palestrante 3: Dra. Ana Lúcia Rodrigues (Universidade Estadual de Maringá e Observatório das Metrópoles)

Tema 4: O desafio do crescimento sustentável na visão dos pequenos municípios

Palestrante 4: Chica do PT, Prefeita de Carinhanha (BA)

14h Painel III – O Futuro das Cidades no Brasil

Coordenação dos Trabalhos: Dep. Ângela Amin (PP/SC)

Moderador: Kalazans Bezerra – Prefeitura de Natal (RN)

Objetivo: discutir os processos de urbanização, planejamento e gestão urbana a partir do novo cenário caracterizado pela condicionante das mudanças climáticas. Apresentar as novas tendências no planejamento urbano, na gestão e na governança pública (transporte, licenciamento ambiental, bairros sustentáveis, etc). Investigar as medidas preventivas e mitigadoras aos impactos impostos pelas mu-

danças climáticas no espaço urbano.

Tema 1: Condicionantes Jurídicas

Palestrante 1: Dra. Samanta Pineda

Tema 2: Governança Pública e Gestão Urbana – perspectivas e desafios

Palestrante 2: João Paulo Kleinübing, Prefeito de Blumenau (SC)

Tema 3: Superação das Vulnerabilidades Socioambientais – preparando o futuro

Palestrante 3: Prof. Dr. Bernardo Alves Furtado (IPEA)

17h Premiação do Selo Cidade Cidadã

Coordenação: Dep. Humberto Souto (PPS/MG)

Eventos Paralelos: Dia 7 de Dezembro de 2010, das 9:00 às 12:00

- Workshop Case Pedra Branca, apoio institucional do Grupo Espírito Santo
- Property Brasil – Plenário 2 do Anexo II. Palestrantes: Valério Gomes – Presidente da Pedra Branca e responsável pelo empreendimento; e Silvia Ribeiro Lenzi - Urbanista
- Workshop Aspectos Construtivos do Amianto Crisotila, Instituto CrisotilaBrasil - Plenário 3 do Anexo II. Palestrantes: Cilene Bastos de Paula e Rui Inocencio.
- Oficina EcoCâmara, Compostagem e Defensivos Naturais – Plenário 4 do Anexo II. Responsável: Rachel Giacomini Osório
- Exposições técnicas e artísticas no Espaço do Servidor no Anexo II.

CONCURSO PÚBLICO SELO CIDADE CIDADÃ - VI EDIÇÃO



O Concurso Público Selo Cidade Cidadã foi instituído pela Resolução nº 11, de 2003, cujo objetivo é premiar, anualmente, municípios que se destacam no implemento de políticas públicas que tenham como fundamento a gestão democrática das cidades, com inclusão social e com a promoção contínua da cidadania. Assim, o certame visa selecionar as iniciativas e as ações já implementadas ou em fase de implantação nos municípios brasileiros e com resultados concretos para a melhoria das condições de vida da população.

Nesta sexta edição do Selo Cidade Cidadã, e em sintonia com a temática da Conferência das Cidades, foram aceitas propostas que se destacaram na implementação de políticas de enfrentamento de situações de risco no espaço urbano, em uma das seguintes dimensões: Planos Municipais de Redução de Riscos e Recuperação de Áreas Degradadas visando à Sustentabilidade Ambiental

Para concorrer ao prêmio “Selo Cidade Cidadã”, o município inscrito elegeu ações e os instrumentos mais significativos de aplicabilidade dentro de sua realidade territorial e de importância social. Puderam participar do referido certame os municípios com projetos concluídos nos últimos quatro anos ou que estivessem em andamento há pelo menos seis meses, hábeis a mitigar problemas nas áreas citadas no tópico precedente.

A avaliação dos projetos concorrentes considerou, dentre outros, os seguintes aspectos: clareza de ideias; inovação; inclusão social; cooperação; relevância e efetividade.

Para compor a Comissão Julgadora, a CDU contou com a colaboração de técnicos com larga experiência profissional dentro da temática proposta, a saber: o Economista Luiz Fernando Melo Mendes, que atua junto à Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil; a Professora e Urbanista Maria do Carmo de Lima Bezerra, Professora Doutora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; o Técnico de Planejamento e Pesquisa Cleandro Henrique Krause, que atua junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); a Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados, Antonia Maria de Fátima Oliveira, e o Consultor Legislativo do Senado Federal, José Roberto Bassul Campos, que atuam nas áreas de meio ambiente e de desenvolvimento urbano.

A participação no Concurso se deu em duas categorias populacionais: até 100 mil habitantes e acima de 100 mil habitantes. Foram selecionados 2 (dois) municípios em cada modalidade populacional, sendo que a premiação lhes foi entregue em cerimônia realizada imediatamente após o encerramento da XI Conferência das Cidades, no dia 8 de dezembro, no Auditório Nereu Ramos.

Nessa cerimônia, quatro cidades foram premiadas em duas categorias, a saber:

Categoria de municípios com até 100 mil habitantes:

- Penápolis/SP – Projeto “Recuperação e Preservação dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente – A experiência do Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado”.

Temática: Recuperação de Áreas Degradadas.

Prefeito: João Luís dos Santos

- UBÁ/MG – Projeto Mapeamento de Riscos Ambientais no Município de Ubá.

Temática: Planos Municipais de Redução de Riscos

Prefeito: Edvaldo Baião Albino

Categoria de municípios com mais de 100 mil habitantes:

- Boa Vista/Roraima – Projeto Parque Ecológico Bosque dos Papagaios – Nas Trilhas da Conservação.

Temática: Recuperação de Áreas Degradadas.

Prefeito: Iradilson Sampaio de Souza.

- Contagem/MG – Projeto Ações nas Áreas de Risco do Município de Contagem.

Temática: Planos Municipais de Redução de Riscos.

Prefeita: Marília Campos.

Com a realização de mais essa edição do Concurso Público Selo Cidade Cidadã, a Comissão de Desenvolvimento Urbano prestou relevante serviço à sociedade, vez que, com a ampla divulgação que é conferida aos projetos vencedores, outros municípios podem se valer das ideias, das diretrizes ou mesmo das próprias políticas públicas bem sucedidas implementadas naquelas municipalidades, com inegáveis benefícios que isso gera ao dia a dia dos cidadãos.

ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

Na área de Assessoria de Imprensa da Comissão, várias foram as ações voltadas à divulgação dos trabalhos legislativos aqui desenvolvidos, destacando-se a elaboração e distribuição do Informativo “Cidade em Pauta”, Identidade Visual da XI Conferência das Cidades e a criação da página da Conferência das Cidades (www.conferenciadascidades.com.br).

Com publicação mensal e algumas edições especiais, o informativo Cidade em Pauta foi criado em 2007, com o objetivo de divulgar os trabalhos, acontecimentos, decisões e notícias em geral da Comissão, sendo que em 2010 foram publicadas 17 edições, cujos exemplares foram distribuídos aos Deputados, autoridades, imprensa e demais interessados.

A produção, reportagem, redação, edição, diagramação e distribuição do referido informativo ficou à cargo da equipe de comunicação formada por um jornalista e um estagiário do curso de jornalismo.

Coube, ainda, à Assessoria de Comunicação a realização de outras atividades visando à ampla divulgação dos trabalhos aqui desempenhados, merecendo destaques os seguinte:

Principais Coberturas da Assessoria de Imprensa:

Reuniões Deliberativas (Ordinárias e Extraordinárias)	20
Exposições Temáticas	04
Seminários	02
Audiências Públicas	02
XI Conferência das Cidades	01
Selo Cidade Cidadã	01

Meios de Comunicação para os quais foram enviados materiais de divulgação institucional:

Blogs, Principais Portais (IG, UOL, TERRA, GLOBO, FOLHA DE SÃO PAULO, Estadão e Correio Web), TVs (Globo, SBT, Band, TV Brasil e Record), Rádios (Jovem PAN, CBN, Band News, Rádio Nacional e Rádio Globo), Jornais (Estadão, Folha de São Paulo, Correio Braziliense e Jornal do Brasil) e Revistas (Época e Veja).

Vídeos na WEB

Foram produzidos vídeos para o Youtube – Principais entrevistas de parlamentares, Breves Comunicações no plenário da Câmara (parlamentares que fizeram discursos relacionados ao tema da CDU).

Parcerias firmadas

IPEA e ONU Habitat – Publicações (Jornais, livros e revistas) que foram distribuídos para os membros da CDU.

Meios de Comunicação Institucional:**TV Câmara**

Foram feitas reportagens para levar ao povo brasileiro a importância da Conferência das Cidades e do Concurso Selo Cidade Cidadã. Também foram programados debates e entrevistas com parlamentares membros da Comissão.

Rádio Câmara

Elaboração de Spots e Campanhas para divulgação da XI Conferência das Cidades e do Concurso Selo Cidade Cidadã.

Jornal da Câmara

Elaboração de edições especiais (pré e pós eventos), com matérias abordando os temas tanto da Conferência das Cidades quanto do Selo Cidade Cidadã.

Agência Câmara

Elaboração de matérias para divulgação dos eventos

Elaboração de pautas e contatos com as mídias interna e externas.

Sítio da Câmara

Divulgação e matérias relacionadas a CDU

Sessão de projetos especiais

Elaboração de material gráfico e sinalização para os eventos: Cartazes, folders, convites oficiais, banners, faixas de mesa, pasta, crachá e certificado.

Plano de Divulgação das atividades da CDU, distribuído aos órgãos internos da Casa:

Órgão	Site / e-mail
TV Câmara	http://www2.camara.gov.br/tv
Rádio Câmara	http://www2.camara.gov.br/radio / radio@camara.gov.br
Jornal da Câmara	http://www2.camara.gov.br/jornal / jornal@camara.gov.br
Agência Câmara	http://www2.camara.gov.br/agencia/
Sítio da Câmara	http://www.camara.gov.br
Sessão de Projetos Especiais Coordenação de divulgação	secom@camara.gov.br / institucional.secom@camara.gov.br
Coordenação de Agência de notícias (Simone Ravazolli)	secom@camara.gov.br / institucional.secom@camara.gov.br
Coordenação do Jornal da Câmara dos Deputados	Jornal@camara.gov.br
Revista da Casa	revistadacasa@camara.gov.br
Serviço Fotográfico	fotografia.secom@camara.gov.br / sefot.secom@camara.gov.br

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Após a Constituição de 1988, reconhecida como Constituição Cidadã, as Casas do Congresso brasileiro procuraram abrir canais de participação à sociedade, tanto de forma organizada como de forma individual, harmonizando-se com o princípio da representação popular.

Dentro desse espírito, e dando voz aos representados, a Câmara dos Deputados instituiu o FALE CONOSCO, instrumento de participação utilizado pelos cidadãos que tenham algum registro, questionamento ou que, de algum modo, queiram ser ouvidos pelos seus representantes.

Utilizando essa ferramenta, o cidadão tem participado ativamente dos trabalhos da CDU, encaminhando opiniões, sugestões e dúvidas a respeito das matérias deliberadas na Comissão, as quais são dirimidas pela sua equipe técnica.

Em 2010 a Comissão recebeu e atendeu a 43 (quarenta e três) participações no FALE CONOSCO, esclarecendo, anotando, dando encaminhamentos e buscando solucionar as diversas questões relacionadas ao seu campo temático.

Aliado a isso, a CDU dispõe de um blog e de um email institucional, ferramentas que também estão à disposição dos cidadãos para que possam opinar, sugerir, criticar, reclamar, enfim, exercerem ativamente a sua cidadania na qualidade de titulares dos mandatos parlamentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou sintetizar as principais ações desenvolvidas no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, todas voltadas ao fortalecimento do seu campo temático de atuação. Procurou-se, de forma objetiva, levar ao conhecimento da Casa e da sociedade as questões de maior relevância que foram objeto de discussões e de deliberações de mérito durante a sessão legislativa, e, ainda, os eventos realizados ao longo do ano.

É importante que a Comissão atue sempre buscando, de forma democrática, oferecer ao País contribuições que possam minimizar alguns dos mais graves problemas que comprometem a habitabilidade nas cidades, sejam nas áreas de saneamento, moradia, transporte público urbano, mobilidade urbana, acessibilidade, dentre outros.

Importante assinalar, também, que além desse relatório anual, a CDU disponibiliza na sua página na internet, em tempo real, os resultados dos trabalhos que desenvolve, de sorte que é possível tomar conhecimento das suas atividades e se envolver no processo legislativo, que, ao final, interferirá na vida de todos.

As críticas são sempre bem-vindas, na medida em que contribuem para o aprimoramento da gestão de informações que resultam na atividade fim da Casa, bem como por proporcionar uma maior aproximação entre Parlamento e sociedade.

Aproveito, por fim, para registrar os meus sinceros agradecimentos a todos os servidores da CDU, aos colaboradores diretos e indiretos e à população que participou por meio dos canais de interação, sendo certo que sem esse importante apoio a minha gestão não teria alcançado o resultado positivo aqui demonstrado.

